

## Editorial

A Revista Educação, v. 40, n. 1, jan./abr. 2015, oferece aos seus leitores um Dossiê sobre Ensino de Filosofia: cenários contemporâneos, com sete artigos de pesquisadores nacionais e internacionais. Na Demanda Contínua, temos 11 artigos com vários enfoques, mas trazem em comum a diversidade desafiadora da realidade dos dias atuais, no ensino escolar de crianças e jovens, na escola do campo, no ensino de história, geografia, filosofia, educação física e na formação docente.

Os textos que compõem o Dossiê – Ensino de Filosofia: cenários contemporâneos, e que temos a grata satisfação de apresentar foram produzidos por colegas que há muito vem se dedicando a investigar, problematizar e a atuar no campo do Ensino de Filosofia. Suas produções são referências fundamentais para estudantes em formação nos cursos de Filosofia, para mestrandos e doutorandos que se dedicam ao tema e, também, aos professores que atuam com a disciplina Filosofia, na escola básica.

Ao convidá-los a escreverem para o Dossiê, tínhamos a convicção da grande contribuição que seus textos trariam. Considerar o Ensino de Filosofia a partir dos cenários contemporâneos teve o intuito de provocá-los a pensar sobre esse ensino em suas múltiplas dimensões, entre elas suas condições na escola pública, seja ela brasileira, uruguaia ou argentina; o sentido de sua presença nos currículos escolares, os processos didáticos específicos da filosofia, bem como sobre as condições dos cursos de licenciatura que formam os professores de filosofia. Todas essas dimensões foram problematizadas a partir de diferentes matrizes filosóficas, marcando as características próprias a esse pensar.

É necessário destacar que cada um dos textos desse Dossiê considera importante o valor formativo da Filosofia para as novas gerações, mesmo que circunscrito ao âmbito escolar, que é permeado de contradições. Por conseguinte, problematizam e procuram apontar possíveis caminhos para o enfrentamento dos desafios de efetivar o exercício de pensamento filosófico no espaço da sala de aula.

A professora Marisa Bertolini, com uma riqueza de elementos trazidos por uma aluna do Curso de Didática de Filosofia, do Instituto de Professores Artigas, do Uruguai, a partir de sua inserção em uma turma de Filosofia de primeiro ano de educação média nos oferece uma reflexão sobre as condições de possibilidade do “acontecimento filosófico” na sala de aula. No texto, *Lo filosófico: la obsesiva e ineludible tensión presencia-ausencia*, a autora desconstrói ideias que apenas indicariam as dificuldades de se produzir o filosófico na aula, destaca as ações que durante a aula de filosofía potencializam o pensar crítico dos alunos, não como resultado do ensino do mestre, mas do pensar junto com o mestre.

No texto intitulado *Didática filosófica, didática aleatória da filosofia*, o professor Alejandro Cerletti toma como ponto de partida a necessidade de se pensar em uma didática filosófica, a qual implicaria responder a pergunta “que é ensinar filosofia?”. A partir de uma concepção específica de filosofia e de filosofar, assim

como de aprender e de ensinar filosofia, Cerletti nos oferece uma compreensão sobre Didática da Filosofia, tomando como referência o pensamento de Alain Badiou, em especial, os conceitos de novidade, sujeito, pensamento, acontecimento e situação. Esse texto de Cerletti soma-se a outros que o autor vem produzindo nos últimos anos sobre a didática da filosofia, que têm sido fundamentais para os envolvidos com a temática.

As professoras Marinê de Souza Pereira e Patrícia Del Nero Velasco, ambas professoras do Curso de Filosofia da Universidade Federal do ABC, em seu texto *Práticas de ensino e formação docente: notas sobre a experiência da Licenciatura em Filosofia da UFABC*, problematizam em seu texto as concepções de “prática de ensino” como componente curricular. As autoras nos oferecem uma detalhada e rica descrição da organização curricular do curso de Filosofia, na qual os espaços de experiência formativa assumem um caráter central no texto por elas produzido. Seu texto oferece aos leitores uma rica experiência de curso de formação de professores de Filosofia, que pode ser inspirador para outros tanto, uma vez que no cenário atual, o que temos percebido é a carência de propostas curriculares de formação inicial de professores de filosofia

Felipe Ceppas, em seu texto *O Ensino de Filosofia como “questão clássica” na tradição do pensamento filosófico*, nos convida a pensar o ensinar e aprender filosofia como questões centrais da tradição filosófica, que implica em não deixar de colocar em cena também a relação entre mestre e discípulo e dimensão inerente da transmissão que se faz presente. O objetivo proposto pelo autor é problematizar o ensino de Filosofia no contexto da educação básica atual. É nesse espaço, a escola, que a Filosofia pode fazer sentido para alguns, pois é ali que podem colocar em ato a potência de pensar sobre si mesmo e sobre o mundo. A Filosofia na escola, diz Ceppas, é o “espaço privilegiado para o exercício da faculdade do juízo que dá sentido à filosofia”.

Delcio Junkes e Geraldo Horn, ao escreverem *Autorreflexão e Autonomia do Pensar como Pressupostos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Filosofia: análise a partir da Teoria Crítica*, nos oferecem um texto cuja característica central não é tratar especificamente do ensino de filosofia. Sua contribuição está em tomar as referências básicas da Teoria Crítica, a partir de Adorno, para problematizar o contexto sociocultural contemporâneo, no qual está incluída a escola. Trazendo à tona o objetivo moderno de formação das jovens gerações pautado na reflexão e na autodeterminação, os autores indagam sobre a educação filosófica e o alcance deste objetivo, no modelo social vigente. E respondem afirmando a potencialidade das aulas de Filosofia como espaços de construção de resistência a formas de pensamento não críticas e autoritárias

O texto de Elisete Tomazetti e Cláudia Benetti tem como preocupação central as novas condições que se apresentam ao ensino médio brasileiro, induzidas pelas políticas educacionais que indicam outra organização curricular, pautada no discurso da interdisciplinaridade e da contextualização. Considerando esse cenário contemporâneo da escola de ensino médio, as autoras fazem uma breve

referência histórica ao modo de se ensinar filosofia nos cursos de Filosofia e seu distanciamento dos modos de ensinar e aprender que são acionados nas aulas de Filosofia na escola básica. Problematizam os discursos das referidas políticas educacionais, destacam a necessidade de a elas se resistir de dentro, mas reconhecem a importância de se pensar o que pode a Filosofia no âmbito do discurso que coloca em destaque o conceito de interdisciplinaridade.

Por fim, o artigo O ensino de Filosofia e discernimento no mundo contemporâneo: questões atuais, escrito pelo professor Alexandre Filordi de Carvalho, traz como ideia central a necessidade de se “investir no ensino de Filosofia como ferramenta de produção de discernimento”. Por discernimento, o autor entende a capacidade aprendida para poder agir com o pensamento, ou seja, ser capaz de fazer distinções de valor, de vontade, entre outras. Considera que, no contexto da instituição escolar, a relação com a Filosofia pode se “burocratizar”. A aposta de Carvalho é na não subjugação do professor à lógica burocratizante e institucional do sistema escolar, encontrando nele espaços para tornar a filosofia, a partir de seus instrumentos histórico-conceituais, uma ferramenta que interrompe o circuito do empobrecimento da existência no contemporâneo.

No primeiro artigo da demanda contínua, intitulado: Estado de conhecimento e questões do campo científico, Marília Costa Morosini objetiva desvelar questões sobre a construção de Estados de Conhecimento na área da Educação e apontar posições teóricas fundamentadoras dessas questões com vista à prática de pesquisa articulada à realidade nacional. A autora identifica categorias de análise na perspectiva do campo científico (Bourdieu): políticas públicas do Estado-nação e da área disciplinar; finalidades do estado de conhecimento para a ruptura de pré-conceitos (Quivy e Capenhoudt); qualidade interna do estado de conhecimento (Lovitts) marcado pela originalidade; e metodologia de aprendizagem colaborativa. Conclui pela complexidade da produção de um estado de conhecimento decorrente das inúmeras inter-relações sócio-científicas e resgata sua importância para a inserção no campo científico e na área do objeto de pesquisa.

No segundo artigo, intitulado Orientação de Estágio: uma experiência na formação de docentes, Karla Marques da Rocha; Ilse Abegg e Eliana Rela abordam a utilização das Tecnologias Educacionais em Rede, especialmente o recurso Wiki, na disciplina de Supervisão de Estágio em um Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica, em uma universidade pública brasileira. As autoras analisam os registros feitos pelos estudantes e o respectivo orientador, referentes aos planos de aula e sua implementação como parte do processo da avaliação das competências do planejar e do refletir. Tais atividades favorecem a construção de experiências para além do espaço acadêmico.

No terceiro artigo, intitulado Impulso formativo do pensamento crítico: racionalidade, verdade e constelação, Maurício João Farinon apresenta um ensaio no qual analisa a concepção de pensamento e subjetividade em Theodor Adorno, indicando os desafios educacionais que surgem dessa concepção. Defende uma concepção de verdade definida na dinamicidade histórica. A contraposição entre conhecimento

e procedimento, as noções de evidência, constelação e conteúdo de verdade, são decisivas para caracterizar o pensamento pós-metafísico e indicar os desafios na formação do sujeito segundo Adorno. Quando o conhecimento perde seu lugar pelo ideal de procedimento eficaz, ocorre o retardo da consciência e a força do sujeito é abalada. A possível condição para reverter tal caracterização é admitir a ausência de evidência como impulso ao esclarecimento. Neste ponto é que se situa a noção de constelação e conteúdo de verdade e o impulso formativo do pensamento crítico.

No quarto artigo, intitulado *Carneiro Leão: considerações acerca da sociologia educacional*, Rosilene de Lima e Maria Cristina Gomes Machado apresentam reflexões acerca da Sociologia Educacional na perspectiva de Antônio Carneiro Leão (1887-1966). As autoras consideram pertinente discutir alguns dados biográficos deste importante intelectual brasileiro, bem como clarificar suas concepções no que tange à Sociologia Educacional, analisando o pensamento do autor. As autoras tomaram como principais fontes de pesquisa duas obras sobre o panorama da sociologia e seus fundamentos cujas primeiras edições são dos anos 40 e 58. Parte do pressuposto de que essas publicações dão referências e subsídios para que se possa compreender as concepções do autor em destaque.

No quinto artigo, intitulado *A configuração da educação do campo em dois assentamentos rurais em Mato Grosso*, Heloisa Salles Gentil e Ilma Ferreira Machado apresentam a análise da constituição da educação do campo em assentamentos rurais, a partir da identificação de ações e desafios, concepções e perspectivas em relação à educação, colocados para os sujeitos do campo, explicitando a interconexão entre um projeto educativo e um projeto de desenvolvimento social. Os resultados apontam um movimento inicial de constituição de uma concepção de educação do campo que extrapola a escola, caracterizada por especificidade local, reconhecimento da diversidade de saberes e relação entre trabalho e educação, capaz de vislumbrar a transformação da educação e a emancipação dos trabalhadores do campo.

No sexto artigo, intitulado *O método como conteúdo: o ensino de história com fontes patrimoniais*, Evandro Cardoso do Nascimento apresenta resultados de uma pesquisa realizada com alunos da 3ª série do ensino médio de um colégio de Matinhos/PR, em 2013. O autor parte da concepção proposta por Zaragoza (1989), de que a inserção do método histórico como conteúdo é fator indispensável a uma aprendizagem significativa. A metodologia de ensino foi a Aula Oficina (BARCA, 2004), na qual o professor é caracterizado como o organizador das atividades problematizadoras e os alunos como agentes de sua própria formação. Os resultados acendem um método para a utilização de fontes primárias no ensino, em que o patrimônio é posto em evidência.

No sétimo artigo, intitulado *Trabalho e educação na atualidade: mediações com a Educação Física brasileira*, Hajime Takeuchi Nozaki traz discussões que permeiam o campo do trabalho e educação no Brasil e analisa a sua interlocução com a produção no campo da educação física. O autor apresenta o estado da arte das pesquisas que tratam do trabalho do professor de educação física. Tais estudos permitem identificar duas grandes linhas de trabalho do professor de educação física: a da escola

e a dos campos não escolares. Nos estudos dos campos não escolares, há uma predominância das academias de ginástica, investigando a gestão empresarial e o trabalho do professor. Os estudos do campo escolar referem-se, essencialmente, ao trabalho pedagógico da educação física. A importante contribuição destes estudos está na compreensão do objeto do trabalho do professor de educação física em sua totalidade.

No oitavo artigo, intitulado Perfil do diretor da escola pública estadual paulista, Viviani Fernanda Hojas e Graziela Zambão Abdian analisam o perfil do diretor da escola pública paulista, problematizando a literatura da área, os concursos públicos e as diretrizes da política. A análise realizada, pelas pesquisadoras, permitiu afirmar que, apesar do avanço dos anos 1980, o que predominou nos anos mais recentes é a não formação inicial do diretor de escola e uma atuação baseada no “manager”. Os avanços conquistados encontram barreiras reais quando este diretor concursado é submetido aos cursos de formação continuada e às legislações que determinam um perfil gerencial

No nono artigo, intitulado Novas abordagens no ensino das Ciências Humanas: a premência de diversificar linguagens no labor docente com Geografia e História, Adriano Bittencourt Andrade; Nadja Conceição de Jesus Miranda e Dalila Flora Cardoso Varino defendem que o aprendizado é pessoal e subjetivo, derivando de estratégias diferenciadas de acesso ao saber formal. Os autores partem do pressuposto que há uma diversidade de formas de apreender um dado objeto, e o ferramental a ser utilizado, em geral, decorre da combinação heterogênea entre contexto e espaço-temporal e da relação professor-aluno. A questão nodal é compreender como, no ensino das Ciências Humanas, se dá o processo de aprender para além do texto formal, problematizando-se as possibilidades de letramento neste campo, por meio da diversificação de estratégias de comunicação, considerando-se as diferentes linguagens como instrumentos para a aproximação do conteúdo ao cotidiano dos estudantes.

No décimo artigo, intitulado Adesão de crianças ao valor justiça: comparação entre respostas espontâneas e respostas a um questionário fechado, Maria Suzana de Stefano Menin; Adriano Moro e Patrícia Unger Raphael Bataglia analisam a adesão ao valor justiça em crianças. Compararam as respostas dadas por crianças, entre 9 e 12 anos, a dois tipos de questionários: o primeiro, com alternativas construídas em níveis crescentes de descentração de perspectiva social, e o segundo, com as mesmas questões feitas de forma aberta. As questões foram apresentadas em formato de histórias que envolviam justiça distributiva, retributiva e comutativa, envolvendo mais de cem crianças. Em ambos os tipos de questionários, elas revelaram as mesmas tendências na adesão ao valor. No entanto, as respostas espontâneas mostraram-se mais punitivas e com uso mais forte de sanções expiatórias que as fechadas, no caso das histórias a respeito de justiça retributiva e comutativa.

No décimo primeiro artigo, A educação integral no mais educação: uma análise do programa, Camila Aparecida Pio e Eliane Cleide da Silva Czernisz analisam o Programa Mais Educação e têm como objetivo discutir a proposta de Educação Integral no referido Programa, implantado no Governo Lula. A proposta deste Programa e a forma como a Educação Integral é nele contemplada são questionadas neste

estudo que se utiliza de pesquisa, discussão bibliográfica e análise de documentos. A pesquisa indica que o Programa Mais Educação desenvolve-se como ação do Plano de Desenvolvimento da Educação e a Educação Integral é reforçada como meta do Plano Nacional de Educação

Ao encerrarmos este editorial, agradecemos aos autores pela participação especial no dossiê e desejamos que a interação entre autor@s e leitor@s seja capaz de produzir reflexões e novas problematizações sobre o campo da Filosofia, em específico, e da Educação, em geral, a partir das múltiplas perspectivas que se desvelam nesse processo, mobilizando a todos a revisitarem seus campos de estudo e pesquisa. Esperamos uma leitura crítica e prazerosa!

Visitem nosso site: [www.ufsm.br/revistaeducacao](http://www.ufsm.br/revistaeducacao)

Elisete Medianeira Tomazetti

Organizadora do Dossiê

Celso Ilgo Henz

Doris Pires Vargas Bolzan

Editores